
(DES)QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES FRENTE AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL, NA CIDADE DE XAXIM – SC

(DES)CALIFICACIÓN DE LOS TRABAJADORES DELANTE DEL CAPITAL AGROINDUSTRIAL EN LA CIUDAD DE XAXIM – SC

Valdir Skrzypczak¹
valdir_09@yahoo.com.br

Marli Terezinha Szumilo Schlosser²
marlisch20@hotmail.com

RESUMO:

O objetivo do texto é compreender a (des)organização espacial ocorrida na região Oeste de Santa Catarina com a chegada dos complexos agroindustriais e a qualificação/desqualificação dos trabalhadores do campo e da cidade com a educação formal e institucionalizada voltada para a formação simples/parcial dos trabalhadores assalariados da agroindústria. A região Oeste de Santa Catarina tem como base a dependência a grandes grupos econômicos agroindustriais, como a Brasil Foods (BRF), a Aurora e a Diplomata Industrial e Comercial Ltda., que dominam o setor de carnes de aves/suínos e seus derivados. Na relação dialética entre o campo, a cidade e a agroindústria, os trabalhadores vêm constantemente se qualificando/desqualificando para atender aos interesses da produção e reprodução do capital impostos pelos complexos agroindustriais. Ao se qualificar/desqualificar, o trabalhador vive um processo contraditório e de confronto nas relações sociais de produção capitalistas. O capital, ao mesmo tempo em que exige maior escolarização do proletário, contraditoriamente simplifica as atividades no interior da indústria, desenvolvendo a “pedagogia capitalista” das habilidades e competências, pois expropria o saber nas relações de trabalho e internaliza as formas de produção estranhadas/alienadas. Assim, o trabalhador amplia a escolarização formal, porém permanece nas condições assalariadas da agroindústria, que busca constantemente capturar a subjetividade do trabalhador para o consenso das formas de produção capitalistas, envolvendo o proletário na trama das relações de controle e domínio. O estudo aqui relatado se utiliza do método do materialismo dialético, segundo o qual capital e trabalho não estão separados, mas unidos dialeticamente no processo produtivo. A área de estudo compreende o município de Xaxim, no Oeste Catarinense, caracterizado pela presença de grandes grupos agroindustriais, além de um significativo setor de comércio e serviços, voltado para atender, majoritariamente, as mencionadas agroindústrias.

PALAVRAS-CHAVE: (des)qualificação; educação formal, trabalho; agroindústria.

¹ Mestre em Geografia pela Unioeste - *Campus* de Francisco Beltrão (PR). Integrante do Laboratório de Ensino de Geografia LEG - Laboratório de Ensino de Geografia e Grupo de Pesquisa ENGEIO - Ensino e Práticas de Geografia, número do grupo 34953/2011, cadastrado na Unioeste.

² Doutora em Geografia - Professora do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste - *Campus* de Marechal Cândido Rondon/PR. Integrante do Laboratório de Pesquisa LEG - Laboratório de Ensino de Geografia e Linha/Grupo de Pesquisa ENGEIO - Ensino e Práticas de Geografia, número do grupo 34953/2011, cadastrado junto à Unioeste.

RESUMEN:

El objetivo del trabajo es comprender la (des)organización espacial que ocurrió en la región Oeste del estado de Santa Catarina, a partir de la llegada de los complejos agroindustriales y la calificación/descalificación de los trabajadores del campo y de la ciudad, con la educación formal e institucionalizada, direccionada para la simple/parcial formación de los trabajadores asalariados de la agroindustria. La región Oeste del estado de Santa Catarina, tiene como base la dependencia con grandes grupos económicos agroindustriales, como por ejemplo, Brasil Foods (BRF), Aurora y Diplomata Industrial e Comercial LTDA, las cuales dominan el sector de carnes de aves/porcinos y sus derivados. En la relación dialéctica entre el campo, la ciudad y la agroindustria, los trabajadores constantemente vienen calificándose/ descalificándose para servir a los intereses de la producción y reproducción del capital, impuestos por los complejos agroindustriales. Al calificarse/descalificarse, el trabajador vive un proceso contradictorio y de conflicto en las relaciones sociales de producción capitalista. Cuando el capital requiere mayor educación del proletario, simplifica las actividades en el interior de la industria, desarrollando la “pedagogía capitalista” de las habilidades y competencias, pues expropia el saber en las relaciones de trabajo e internaliza las maneras de producción censuradas/vendidas. Así, el trabajador expande la educación formal, pero se mantiene en las condiciones asalariadas de la agroindustria, la cual intenta frecuentemente detener la subjetividad del trabajador para la concordancia de las maneras de producción capitalista, envolviendo el proletario en la trama de las relaciones de control y dominio. El método utilizado es el materialismo dialéctico, donde el capital y el trabajo no están separados, sin embargo, ligados dialécticamente en el proceso productivo. El área de estudio comprende la ciudad de Xaxim, en el Oeste del estado de Santa Catarina, caracterizada por una significativa presencia de grandes grupos agroindustriales, además del importante sector de comercio y servicios, direccionados para atender, en su mayoría, a las demandas de las agroindustrias.

PALABRAS CLAVE: (des)calificación; educación formal, trabajo; agroindustria.

INTRODUÇÃO

A dinâmica pela qual passa a humanidade neste início do século XXI, caracterizada pelo fenômeno da globalização dos mercados e das economias a nível mundial, tem provocado profundas mudanças no interior das indústrias, que, em razão dessas relações internacionais, buscam reorganizar sua cadeia produtiva na tentativa de conquistar novos mercados consumidores. Nesse processo de intensa competitividade industrial do mundo capitalista, espaços e pessoas são incluídos e excluídos espacialmente/temporalmente de acordo com as necessidades de acumulação do capital nas relações local-nacional-internacional, como ocorre com a agroindústria na região Oeste de Santa Catarina.

A estrutura regional desenvolvida no Oeste de Santa Catarina tem base na dependência de negócios com grupos econômicos que são as agroindústrias de carnes, como a Sadia (atual BRF), a Chapecó (arrendada para a Diplomata) e a Aurora. São complexos agroindustriais que dominam o setor de carnes de aves/suínos e seus derivados.

Observa-se que boa parte da economia regional, tanto urbana como rural, está voltada para atender à demanda dessas empresas. O que de pronto caracteriza essas empresas é que, constantemente, introduzem novas técnicas tanto para a obtenção da matéria-prima, como para a produção, a circulação e o consumo voltados, sobretudo, para atender ao mercado internacional, transformando, assim, consideravelmente seus espaços.

Nessa lógica, a formação socioespacial do município de Xaxim (SC), a partir da instalação da primeira unidade agroindustrial (1939), desenvolveu e exigiu novas funções do espaço urbano e, posteriormente, do rural, ao mesmo tempo em que vem exigindo maior escolarização de seus trabalhadores, tanto do campo, como da cidade. Quando do surgimento da agroindústria, após a década de 1930, na região Oeste Catarinense o trabalho estava concentrado nas pequenas propriedades camponesas, para a subsistência das famílias e a comercialização de pequenos excedentes. Assim o trabalho neste período não estava relacionado diretamente com a agroindústria, ou seja, formal ou mesmo integrado no caso dos camponeses, mas novas relações de trabalho são implantadas no campo e na cidade de forma mais intensa com a chegada das agroindústrias.

A área de estudo compreende os municípios de Xaxim e de Chapecó, no Oeste Catarinense, sendo esta última área considerada polo regional e com significativa influência sobre os demais municípios da região, tanto no que diz respeito à presença de um considerável parque industrial, como nos setores de comércio e serviços. O período a ser percorrido é o de 1930 a 2010, caracterizado por profundas transformações no campo e na cidade, reestruturando a produção e modificando as relações sociais, políticas e econômicas entre o capital e o trabalho.

Busca-se abordar, no estudo, o processo de colonização ocorrido na região e no município de Xaxim, iniciado com a chegada das empresas colonizadoras e a educação formal/institucionalizada oferecida para os trabalhadores do campo e da cidade, como resultado da (des)qualificação do trabalho para o capital. Essas empresas, incentivadas pelo Estado nacional e por outras instâncias públicas internas mediante a concessão de terras, trataram de comercializar os lotes e de expulsar os caboclos e índios da região, considerados “intrusos” (RENK, 1995) para o desenvolvimento do capital. Com a formação das pequenas propriedades camponesas familiares e a produção de excedentes agrícolas para o comércio, tem-se a gênese de formação dos primeiros frigoríficos na região, a partir da década de 1930.

Assim, o capital monopoliza o território, compreendido neste trabalho como espaço das relações de poder do Estado, do trabalho e da indústria, que se constituem de

forças dialéticas na produção e na reprodução das formas hegemônicas e na luta de classes entre o capital representado no texto pela agroindústria e o trabalho, constituído pelos trabalhadores e os camponeses integrados. O método de análise da pesquisa é o dialético, caracterizado pelas contradições do sistema capitalista de produção. Compreendendo a dialética como método e concepção, certamente essa compreensão possibilita a sustentação teórico-metodológica na pesquisa, haja vista “[...] que vivemos em uma sociedade na qual o processo movente da história não se dá senão pela luta de classes, não podemos compreender a realidade objetiva se postularmos uma neutralidade científica” (HARACENKO, 2007, p. 72), sem a qual não possibilitaria compreender as contradições no processo produtivo entre os trabalhadores e a agroindústria.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OESTE DE SANTA CATARINA: A AGROINDÚSTRIA CAPITALISTA E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM TEMPOS DO CAPITAL

Entendendo o espaço como resultado do desenvolvimento das forças sociais, políticas e econômicas e, portanto, da dialética das relações sociais de produção e de reprodução do capital, tem-se a preocupação de resgatar, na história, “[...] as diferentes ações que foram sendo processadas no tempo e que deixaram sua marca no espaço” (ALBA, 2002, p. 15), isso estando, nesta pesquisa, representado pela especificidade do município de Xaxim (SC) e, mais amplamente, pela região Oeste de Santa Catarina.

A região Oeste de Santa Catarina (ver Figura 1) possui uma área de 25,3 mil km², com extensão do Planalto Catarinense até a fronteira com a Argentina, caracterizada pelas contradições históricas do “[...] modo de produção capitalista no qual estamos inseridos e que compõe o todo desta particularidade [...]” (ALBA, 2002, p. 16). O que se sabe sobre a história moderna da região é que, até o início do século XX, a ocupação humana era constituída pelas populações cabocla e indígena, realidade que passou a mudar intensamente devido à colonização implantada a partir da década de 1940, colonização logo marcada pela instalação dos primeiros frigoríficos na região (TESTA et al., 1996, p. 22).

Em linhas gerais, quanto a essa história regional a partir do momento da independência do Brasil ou mesmo antes, no século XVII, o povoamento dessa região constituiu-se a partir de três fases distintas, cada uma com atividades econômicas próprias, sendo a primeira fase a de ocupação indígena, com atividades de coleta e pesca, até meados do século XIX; a segunda fase foi caracterizada pela presença dos luso-brasileiros,

conhecidos como caboclos³, tendo como principais atividades a agricultura de subsistência, a extração da erva-mate e o tropeirismo; a terceira fase, a da colonização⁴, ocorreu com a penetração de grupos de origem alemã, italiana e polonesa (esta dos poloneses menos expressiva), vindos, em sua maioria, do Rio Grande do Sul, atraídos pelos projetos da exploração madeireira e pela colonização: “Estes colonos passam a adquirir terra das colonizadoras formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o caboclo” (POLI, 1995, p. 74). Com a chegada das colonizadoras, a população cabocla é expulsa de suas terras pela inexistência de título de propriedade, vindo a se deslocar para regiões mais distantes, constituindo os grandes bolsões de pobreza das cidades. Para Alba (2002), a população cabocla era formada por excedentes populacionais em sua maioria analfabetos, dispersa em meio às matas da região e que praticavam agricultura de subsistência, sendo que

Esta população era constituída pelo excedente da população das fazendas de gado e migrantes de outras áreas do país que começaram um povoamento rarefeito em diferentes locais da região antes da chegada da população migrante do Rio Grande do Sul, sendo sua sobrevivência baseada na agricultura de subsistência. Suas casas eram simples (ranchos) e não tinham nenhuma documentação legal que lhes legitimasse a posse da terra. Essa população era constituída por descendentes miscigenados dos brancos, índios e negros. (ALBA, 2002, p. 16).

A população cabocla não possuía os títulos (aqui se refere à escritura) de suas terras, mantendo a ocupação sob o regime de posse⁵, com um modo de vida tradicional de subsistência. Voltava-se para a prática do extrativismo da erva-mate, com o cultivo da “[...] agricultura em pequena escala – nas terras de plantar – e criação de gado para o consumo – nas terras de criar” (RENK, 1995, p. 223). Com a chegada dos colonizadores, a terra sob o regime capitalista de produção passa a ser comercializada, prevalecendo à lógica do valor de troca em substituição ao valor de uso. Neste momento histórico da organização do capital e com a chegada dos camponeses familiares, a produção da terra se dá na condição de subsistência e comercialização dos excedentes produzidos.

Para compreender a dinâmica socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina é necessário entender a relação econômica da região Sul do Brasil com o

³De acordo com Alba, o luso-brasileiro, mais conhecido como caboclo é o descendente miscigenado dos índios, negros e brancos. Para mais detalhes, ver Alba (2002).

⁴ Segundo Werlang (2002), a palavra *colonização* quer dizer ocupação de um novo chão, exploração e comercialização da erva-mate, da madeira e das terras, quando retrata a região Oeste de Santa Catarina.

⁵ Compreende a ocupação da terra sem a existência da escritura, documento oficial que legitima ser o proprietário. Dessa forma, o caboclo era considerado um intruso para os colonizadores (RENK, 1995).

(des)envolvimento macroeconômico brasileiro. Até o início do século XX, a região era ocupada por índios e por caboclos que não possuíam o título de suas propriedades, praticavam a agricultura de subsistência, visando atender às necessidades da própria família e, portanto, sem integração com a economia nacional. Essa integração se estabeleceu com a expansão da economia da região com grandes centros consumidores, como São Paulo e Porto Alegre, através do “[...] comércio gerado pelos excedentes produzidos pelas pequenas propriedades rurais” (ALBA, 2002, p. 30) a partir de 1920, com a chegada dos primeiros colonizadores vindos do Rio Grande do Sul. São pequenos camponeses familiares oriundos do vizinho Estado do Rio Grande do Sul e que, na impossibilidade de formação de novas unidades produtivas naquele Estado, devido à escassez de terras e ao excedente populacional, foram obrigados, em sua maioria, a migrar para a região Oeste Catarinense. Atraídos pela expansão e comercialização de lotes de terra, período compreendido até a década de 1950, “[...] a produção foi organizada essencialmente segundo os interesses das empresas colonizadoras” (ALBA, 2002, p. 28). Esses lotes eram retalhados “[...] de 200 a 300 m de largura por 1 km de profundidade” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 20) ou extensão, com instalações de pocilgas, galpões e moinhos artesanais. A produção nas pequenas propriedades se caracterizava pelo plantio de feijão, de mandioca, de trigo e de milho, além da criação de galinhas, de porcos nos piquetes e de outros animais, produção essa voltada para o consumo familiar.

O camponês familiar organizava a produção e elaborava seus próprios instrumentos e equipamentos de trabalho a partir das suas necessidades cotidianas da produção. Detinha o conhecimento da totalidade na pequena propriedade, produzindo a semente e os equipamentos/instrumentos para o plantio, colheita e comercialização. Mediante o seu labor desenvolvia laços de cooperação social na produção material de subsistência, pois detinha o conhecimento das etapas de desenvolvimento do seu trabalho (ANTUNES, 2006).

A luta dos camponeses frente ao Estado pela presença da escola no distrito caracterizava a possibilidade da escolarização formal para os jovens do campo, porém com uma educação voltada para o mercado de trabalho. Foi na década de 1940 a instalação da primeira escola formal no município de Xaxim, logo após a chegada dos primeiros colonizadores. A instalação das escolas multisseriadas⁶ do ensino primário traduz a

⁶ Escolas com a presença do ensino primário (1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries), distribuídas em uma única sala de aula. Os alunos são enfileirados, sendo que cada fila de estudantes representa uma das séries e com a presença de um único professor.

precariedade da escolarização oferecida pelo poder público aos jovens camponeses. A escola primária para as primeiras letras possibilitava a alfabetização das crianças e dos jovens, que dividiam o tempo entre o aprender básico e o trabalho familiar do campo. Essa modalidade de instituição formal de escola no campo “[...] representa um modelo pedagógico ligado a uma tradição ruralista de dominação” (FERNANDES, 2009, p. 142), que se caracteriza pela formação escolar dos sujeitos para o mercado, na forma simples de produção como assalariados, no campo ou na cidade.

Essa força de trabalho, constituída por trabalhadores simples e modestos, com baixo grau de escolaridade, vindos do Rio Grande do Sul, fixou morada nas pequenas propriedades familiares, originando nova formação espacial⁷ na região, caracterizada pelas relações capitalistas que impõem novas demandas.

Dos pequenos povoados e das vilas surgem os distritos, que, de acordo com as demandas e as necessidades impostas pelo capital, são transformados em municípios. Destarte, o distrito de Passo dos Índios dá origem à cidade de Chapecó, mediante a Lei Estadual nº 1.147, de 25 de agosto de 1917 (ROSSETO, 1995, p. 10) e o município de Xaxim é emancipado com a Lei Estadual nº 133, de 20 de fevereiro de 1954, desmembrando-se de Chapecó (OLIVEIRA, 1992, p. 80). Esse retorno à memória histórica do período de emancipação político-administrativa desses municípios torna-se necessário para a análise das atuais relações entre o campo e a cidade, suas características e a educação/(des)qualificação dos trabalhadores para atender às exigências do capital agroindustrial.

Com a reestruturação produtiva do capital agroindustrial verificada a partir da década de 1970, novas relações sociais e de produção marcadas pelo fornecimento da matéria-prima no sistema de parceria são impostas aos trabalhadores do campo, representados nesta pesquisa pelos camponeses familiares *integrados* e pelos trabalhadores urbanos da agroindústria, estes envolvidos nas diferentes atividades de produção e de reprodução do capital no interior agroindustrial, a partir de sistemas rígidos do fordismo, pela intensidade, controle e repetitividade do taylorismo. Tem-se, portanto, dois argumentos aqui para pensar a relação campo/cidade. Um deles é a função que atualmente a agricultura exerce que é a de produzir matéria-prima para atender a indústria e não como produtora de alimentos (OLIVEIRA, 1996). O segundo diz respeito à escolarização das

⁷ A formação das pequenas propriedades familiares na região Oeste de Santa Catarina, iniciada com a presença das empresas colonizadoras, constitui uma nova feição no espaço da região. Para mais detalhes, ver Alba (2002).

famílias residentes no campo, pois que, na atualidade, crianças e adolescentes são levados a estudar nas escolas urbanas, recebem os conteúdos direcionados às práticas urbanas e ao mercado capitalista. Assim, são instruídas na dinâmica do capital industrial, no aumento da produtividade, no discurso de atraso do campo, na “[...] industrialização brutal do capitalismo” (ARROYO, 2009, p. 78), no modernismo e na inserção da ciranda da integração com os grupos agroindustriais do Oeste Catarinense.

A história da colonização do Oeste Catarinense foi marcada por conflitos e acordos, de ordem interna e externa. Para Hass (2003), a ocupação gera conflitos, pois havia na região a presença de índios e caboclos produzindo no espaço a subsistência, e no Oeste Catarinense não foi diferente, tendo sido uma ocupação marcada por conflitos políticos, étnicos, econômicos e pelas disputas de fronteiras, conflitos caracterizados como instrumentos de representação e de comunicação de uma ideologia e, portanto, de poder. A primeira disputa entre fronteiras ocorreu no século XIX, entre a Argentina e o Brasil, sendo conhecida como Questão das Missiones, cujo encerramento ocorreu em 1884, com decisão favorável ao Brasil pronunciada pelo então presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos (BELLANI, 1989).

A Questão de Missiones (ou de Palmas) foi uma disputa de terras ocorrida entre o Brasil e Argentina por questões de fronteiras (OLIVEIRA, 1992). O governo brasileiro entendia que as fronteiras estavam entre os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, sendo que a Argentina, por sua vez, afirmava estarem entre os rios Chapecó e Chopin. Não havendo consenso entre os dois países, a área em litígio foi submetida à decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, dando a decisão favorável ao Brasil e tornada pública em 5 de fevereiro de 1895 (OLIVEIRA, 1992).

Outro acontecimento de merecido destaque e com repercussões e eclosão regional foi a Guerra do Contestado, sendo um conflito marcado pelas tropas do exército brasileiro contra caboclos e camponeses da região, uma luta armada iniciada em meados de 1912 e encerrada em 1916. Nesse episódio é importante mencionar a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, passando pela região do Rio do Peixe e sendo iniciada a partir de 1908 (ALBA, 2002). É importante ressaltar que a colonização da região Oeste de Santa Catarina só ocorreu após o encerramento do conflito do Contestado, pois antes não foi possível devido à tensão e à violência da guerra.

Após a Guerra, as lideranças políticas estaduais e locais, sendo estas últimas representadas “[...] por colonizadores e industriais madeireiros, forças com poder econômico e com feição urbana” (ALBA, 2002, p. 20-21), voltaram-se para a conquista da

emancipação político-administrativa de Chapecó, fato ocorrido em 25 de agosto de 1917, juntamente com mais três municípios, sendo eles: Cruzeiro (atual Joaçaba), Porto União e Mafra. Esses municípios, porém, pertenciam, até essa data, ao município de Palmas, no Paraná (BELLANI, 1989).

No processo de colonização predominou a pequena propriedade rural, com um modelo de ocupação de aproximadamente 10 alqueires ou 24,2 hectares de terra. Dedicavam-se à produção em pequena escala, sobretudo à produção de milho e à criação de suínos, fatores que condicionaram a instalação, a partir de 1930, de unidades fabris na área frigorífica, "[...] Perdígão (1934) em Videira, Ouro (1938) em Capinzal, Pagnoncelli (1942) em Herval D'Oeste [...]" (PIMENTA, 1996, p. 288). Com a expansão das pequenas propriedades familiares e da produção agrícola, a atividade agroindustrial se expande "[...] mais para o Oeste, com a implantação dos estabelecimentos Sadia (1944) em Concórdia, Seara (1949) em Seara, Chapecó (1952) em Chapecó "[...] e, mais recentemente, o Frigorífico Itapiranga (1962) em Itapiranga e Peperi (1981) em São Miguel D'Oeste" (PIMENTA, 1996, p. 288). É desse fator que surgiu o sistema de integração⁸, essencial e vantajoso para o fornecimento da matéria-prima à agroindústria. A empresa não possui vínculo empregatício com os produtores integrados, mas relação contratual, expropria a renda da terra e impõe novas relações de trabalho e produção, de acordo com as necessidades e interesses do capital, assim

O que estamos assistindo de fato é, pois, o processo de industrialização da agricultura que, sem necessariamente expropriar a terra do camponês, sujeita a renda da terra aos interesses do capital. A renda da terra produzida pelo trabalho familiar, camponês, não fica com quem produziu, mas se realiza parte na indústria e parte no sistema financeiro. (OLIVEIRA, 1996, p. 72).

Nesse sistema, a empresa efetiva o controle sobre o processo produtivo da matéria-prima (neste caso se trata de aves e de suínos), sobre o pequeno camponês familiar, pois se apropria de todas as etapas da produção (fornecendo pintinhos, ração, medicamentos, vacinas, genética, etc.), da propriedade, na lógica de "[...] preestabelecer os padrões na produção e ainda manter o produtor sob o seu controle ideológico e econômico; onde o produtor acaba estabelecendo uma relação de dependência

⁸ O sistema funciona com os agricultores, "[...] sendo que o avicultor, dono das instalações físicas do aviário, é responsável pela mão-de-obra no processo de criação das aves", enquanto as agroindústrias fornecem aos integrados os "[...] pintos de um dia, ração, medicamentos e assistência técnica, garantindo, assim, o suprimento de matéria-prima" (ALBA, 2002, p. 113). Ver também Espíndola (1999).

agricultor/empresa” (ALBA, 2002, p. 31). Esses mecanismos adotados pela agroindústria visam atender às exigências dos mercados consumidores internacionais e aos interesses do capital agroindustrial. Na concretude das relações sociais de produção, as agroindústrias “[...] se diferenciam das demais empresas pelo controle total que conseguem manter sobre outro produtor privado” (ALBA, 2002, p. 31), o camponês familiar, na tentativa da expansão da expropriação da mais-valia, “[...] taxa essa que mede o grau de exploração da força de trabalho” (FRIGOTTO, 2010, p. 92). A produção da matéria-prima pelos camponeses familiares foi uma estratégia organizada pela agroindústria a partir da década de 1950, sendo iniciada pela empresa Sadia na cidade de Concórdia – SC.

A integração faz parte do processo de modernização⁹ do campo, sendo que a adoção dos constantes investimentos na atividade tem o

[...] objetivo explícito do aumento da produção e da produtividade agrícola; do estabelecimento de novas relações de produção e da dissolução da estrutura produtiva rural auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, isto é, do aumento considerável da composição orgânica do capital. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 104).

A introdução de novas técnicas de produção na pequena propriedade camponesa e familiar imposta pelo capital agroindustrial intensifica a fragmentação do trabalho desenvolvido pelo trabalhador, expropria o conhecimento do camponês familiar sobre o produto de seu trabalho, tornando-o estranho e o condiciona como produtor de matéria-prima. Mesmo assim, porém, e de forma paralela, o trabalhador, ao modernizar a produção, simplifica suas atividades e incorpora novos métodos ao processo produtivo, num movimento dialético constante da qualificação/desqualificação.

A relação entre o Estado e o capital industrial ocorreu de forma mais intensa durante os governos militares, com a introdução de projetos de modernização para alguns segmentos da agricultura, ou ligados a ela. Na região Oeste de Santa Catarina, esse processo ocorreu atendendo às necessidades e aos interesses do setor agroindustrial. Os incentivos por parte do Estado ao setor foram fundamentais para a adesão dos pequenos camponeses familiares ao sistema de integração com a agroindústria. Instituições públicas como a

⁹ Caracteriza-se pelo aumento da produção e da produtividade no campo; pelo estabelecimento de novas relações de trabalho e produção, com a utilização de máquinas, equipamentos e insumos modernos. Através da utilização de novos métodos e técnicas, intensifica a composição orgânica do capital. Para maiores informações, ver Espíndola (1999).

Acaresc¹⁰ e a Epagri¹¹ foram responsáveis pela assistência técnica aos produtores e pelo desenvolvimento de pesquisas que, posteriormente, foram “apossadas” pelas agroindústrias.

Com o esgotamento da divisão das pequenas propriedades familiares e, conseqüentemente, da formação de novas unidades produtivas, esgotamento verificado a partir das décadas de 1960-70, com a redução das propriedades e a impossibilidade de novas divisões, ocorre a migração para os centros urbanos de parcelas consideráveis da população jovem do campo, jovens que, atraídos pelas “vantagens de ser assalariado”, tornam-se trabalhadores no interior das agroindústrias da região. Assim têm-se dois processos de obtenção da mais-valia pela agroindústria, sendo de um lado os trabalhadores assalariados inseridos diretamente na industrialização da matéria-prima e de outro os camponeses familiares integrados. Para os camponeses familiares

[...] alguns elementos do trabalho assalariado são considerados bons quando inevitavelmente fazem a comparação com as oportunidades e vantagens que a cidade oferece, como horário de trabalho fixo, feriados, descanso remunerado nos finais de semana, férias, salário no final de cada mês trabalhado; uma vez que, no campo, geralmente o dinheiro chega apenas na época da colheita ou quando entregam um lote de animais para o abate, sem contar com o atrativo que as cidades representam para os camponeses, em termos de educação para os filhos. (PAIM, 2003, p. 27).

A imagem apresentada ao camponês pela mídia e pelo poder público através da escola refere-se às vantagens de residir na cidade, ser assalariado e consumidor. O discurso oficial reforça a ideia do espaço urbano competitivo, com sua indústria, moderno, novo e, portanto, atrativo em relação ao espaço rural. Essa investida do capital é reforçada pela presença da escola urbana, que recebe diariamente crianças e jovens camponeses, que se deslocam do campo para estudar na cidade, em escolas com práticas e conteúdos urbanos. O mercado, sobretudo o capitalista,

[...] é muito pouco exigente com a educação básica, tanto de quem mora na cidade quanto no campo. Para trabalhar na cidade, para pegar o ônibus, de poucas letras precisa o trabalhador urbano; para trabalhar na

¹⁰ Criada em 1957, a ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – se constitui como órgão executor da extensão rural no Estado de Santa Catarina. Integra também a assistência técnica gratuita aos camponeses familiares.

¹¹ Criada em 1991, incorporou a Acaresc e a Acarpesc, com o objetivo de intensificar a pesquisa e desenvolver novas técnicas de produção agrícola. Busca melhorar a tecnologia para a obtenção de sementes selecionadas, adubos e melhoramento das raças de aves e suínos, a fim de ampliar a produtividade nas pequenas propriedades.

roça, menos ainda. O mercado nunca foi bom conselheiro para construir um projeto de educação básica. (ARROYO, 2009, p. 72).

Para o mercado, a educação básica formal se constitui num instrumento de escolarização precária para os trabalhadores de modo geral, pois o trabalho simples e parcial do capitalismo torna igualmente fragmentado, simples e desconexos os conteúdos escolares, voltados, sobretudo, para as práticas urbanas. Com a modernização da agricultura e o crescimento urbano a partir da década de 1970, Chapecó torna-se “a principal cidade do Oeste Catarinense”, incorporando um grande número de trabalhadores do campo, que, com a expansão das agroindústrias na região, tornam-se assalariados, com baixo grau de escolarização/qualificação¹², da agroindústria. A presença das escolas multisseriadas nas comunidades interioranas da região Oeste de Santa Catarina se constituía até o final da década de 1980 como única possibilidade de concluir o nível primário para os proletários, que, ainda adolescentes, eram contratados e submetidos à precariedade das condições de trabalho majoritariamente insalubres e de exploração no interior dos frigoríficos.

A entrevista realizada com o proletário, na condição de sujeito integrante do objeto da pesquisa e sendo trabalhador da agroindústria no município de Xaxim desde 1982, A.S.¹³ passou a maior parte de sua adolescência no interior da agroindústria, desenvolvendo atividades de cortes, embalagem e inspeção de aves. Aposentou-se no mês de agosto de 2011 e saiu da empresa em dezembro do mesmo ano, após trabalhar por 30 anos. Por esse longo período de trabalho precarizado e intenso no interior da agroindústria, o trabalhador obteve aposentadoria de pouco mais de um salário mínimo nacional. Esta situação se apresenta com a maioria dos trabalhadores, que depois de muitos anos de trabalho precário e de intensa exploração vivenciada no interior da agroindústria, que lhes rouba períodos importantes da vida, como a juventude, com jornadas extensas de trabalho precarizado, dispõem de reduzidas aposentadorias. Segundo A.S., o deslocamento

[...] de Ponte Serrada [...] pra Xaxim em 1982, eu **tinha 14 anos, entrei no frigorífico**, meu irmão e o pai; também **a gente tinha pouco estudo, a 4ª série**. [...] antigamente funcionários eram analfabetos, vinham do interior a maioria, então pouco estudo, então a gente

¹² Diz respeito à formação social do valor de uso e de troca da força de trabalho no sistema do capital, alicerçados no saber, na especialidade, na competência, na responsabilidade, no salário e na carreira profissional. Para mais detalhes, ver Machado (1998).

¹³ O uso das letras refere-se às entrevistas realizadas com trabalhadores, com camponeses familiares integrados e com gerentes da agroindústria do município de Xaxim, tendo por objetivo preservar a exposição dos entrevistados.

trabalhava na empresa, **acabava entrando 13 horas da tarde**, não era sempre, mas, quase a maioria dos dias a gente acabava **saindo 2 horas da manhã, 3 horas da manhã**, então era difícil a coisa. (A.S. Ex-funcionário da agroindústria Diplomata de Xaxim, 2012. Grifo do autor).

A juventude dos trabalhadores da agroindústria se reduz ao tempo da produção e reprodução do capital, do movimento e da intensidade da máquina produtiva no interior da empresa capitalista. Desenvolvem diversas atividades no frigorífico (evisceração, inspeção, separação de miúdos, corte, desossa, pesagem, etc.) de aves, inseridos no processo produtivo fragmentado e na divisão técnica do trabalho e da produção de mercadorias em sua forma hegemônica. Possuem saberes práticos da roça, do trabalho pesado, bruto e essencial para a reprodução e a acumulação do capital.

Com a ausência de uma escola efetivamente do campo, caracterizada na essência das lutas e nas raízes históricas dos camponeses e pequenos produtores familiares, o capital, sob a égide da indústria, se apresenta como alternativa para construir novas possibilidades de resistência para adolescentes e jovens camponeses, tendo como exemplos as cooperativas de camponeses familiares, a produção agroecológica e de sementes crioulas etc. Com o ensino voltado para as práticas urbanas, para o consumo e para o trabalho assalariado, intensifica o êxodo rural e potencializa os interesses de acumulação da agroindústria. Condiciona essa força produtiva jovem do campo como proletários e consumidores de seus produtos, na perspectiva da ampliação da acumulação capitalista, sendo que o “[...] quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra” (MARTINS, 1980, p. 17), haja vista que o sistema de integração com a agroindústria, expropria a renda da terra e condiciona o camponês familiar a uma condição de proletarização, porém sem vínculo empregatício.

A pequena propriedade¹⁴ e a formação dos distritos, constituídos por pequenos aglomerados populacionais que formavam comunidades no campo ou mesmo pequenos núcleos urbanos, também são características notáveis no Oeste Catarinense, assim como, para cada núcleo, a construção de igrejas, campo de futebol, quadra de esportes, escolas multisseriadas e pavilhão para festas e eventos. A religião marca forte presença nessas comunidades, com predominância da católica, assim como o esporte e o lazer.

¹⁴ Nesta pesquisa, a pequena propriedade familiar é compreendida com até 24,2 ha ou 10 alqueires, sendo característica predominante na região Oeste de Santa Catarina, propriedades com menor extensão de terra supracitadas.

A reorganização do sistema capitalista de produção na década de 1990 no Brasil, com a introdução do neoliberalismo, foi determinante para a reorganização do sistema educacional brasileiro, fato observado também no município de Xaxim. Na especificidade do município, a presença de escolas multisseriadas instaladas em diversas comunidades interioranas constituía uma forma de resistência do pequeno camponês familiar em manter crianças e adolescentes próximas das atividades da propriedade, garantindo, assim, a conclusão do ensino primário no campo. No ano de 1998 ocorreu o fechamento da Escola Multisseriada Municipal Limeira, no distrito de Limeira, sendo os jovens camponeses deslocados para escolas públicas na cidade de Xaxim, com conteúdos voltados para a realidade urbana, sobretudo da indústria, do comércio e do consumo. Nesta lógica de interesse do capital, jovens camponeses foram deslocados para estudar nas escolas urbanas, constituindo a nucleação e a uniformização dos conteúdos. Além disso, outros interesses por parte do Estado estiveram relacionados, como a redução dos custos com a educação e a inserção dos jovens no consumismo urbano.

Figura 1 Foto1. Escola Multisseriada Municipal Limeira – Xaxim (SC)



Fonte: Acervo próprio de Valdir Skrzypczak. A rede pública municipal de ensino de Xaxim optou pelo fechamento das escolas multisseriadas localizadas no interior do município durante o final da década de 1990, deslocando diariamente crianças e adolescentes camponeses para estudar nas escolas urbanas, concentrando-as em educandários cuja base curricular e conteúdos oferecidos são metodologicamente urbanos. Com presença nos distritos, as escolas multisseriadas representavam espaços sem muros, grades ou cercas, voltadas para atender os jovens camponeses, como forma de luta e resistência no campo.

Atualmente as estruturas físicas das unidades escolares multisseriadas se encontram em completo abandono, sendo os jovens deslocados em longas distâncias a fim de serem orientados com conteúdos, métodos e práticas da cidade e da (agro)indústria,

forçados, pelo poder público a serviço do capital, às formas do trabalho assalariado e precarizado do sistema capitalista de produção. Na condição de camponeses, são escolarizados para o trabalho na indústria, sob a forma assalariada da produção de mercadorias.

Assim, a educação formal para a classe trabalhadora necessita organizar seus conteúdos e práticas pedagógicas para a formação emancipadora e de resistência das condições precarizadas e de exploração do capital, como ocorre nas agroindústrias da região. O capital cria e recria novas condições de acumulação, territorializa o espaço e introduz as relações de produção, sendo esta discussão abordada no próximo subcapítulo.

O MUNICÍPIO DE XAXIM NO CONTEXTO HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: CHEGAM ÀS CERCAS NA TERRA

A história da colonização do município de Xaxim não pode ser estudada isoladamente da história da colonização do Oeste Catarinense. Além dos grupos indígenas que habitavam essa região, os caboclos também estavam instalados quando da chegada dos colonizadores na região Oeste. De acordo com Oliveira (1992), constatam-se indícios de que em 1865 chegou à vila, onde hoje está localizada cidade de Xaxim, o negro africano José Balduino (chamado de Josezinho Xaxim), sua esposa Maria Vitalina e sua gente. Eram caboclos posseiros que, com seus ranchos e sua vida simples, desenvolviam a agricultura de subsistência e a extração da erva-mate nativa na região, pois a terra era representada como meio de sobrevivência das famílias. Esse caboclo teria vindo da cidade de Guarapuava, Estado do Paraná. Foi um dos primeiros habitantes, segundo moradores antigos. O nome Xaxim pode ter surgido devido ao seu apelido acima mencionado.

Em 4 de agosto de 1922, o governo do Estado, visando maior rapidez na colonização do Oeste Catarinense, concedeu uma área de 288.303.000 m² de terras a Bertaso, Maia e Cia., área localizada onde se encontra o município de Entre Rios/SC, identificada na época com o nome de Fazenda Rodeio Bonito (OLIVEIRA, 1992, p. 28). Em 1920, quatro irmãos reuniram-se e tomaram conhecimento das 1.000 (mil) colônias de terras localizadas na Fazenda Rodeio Bonito, atual município de Xaxim. Foram os irmãos Lunardi (Giácomo, Pedro, João e Antônio) que formaram a empresa “Colonizadora Irmãos Lunardi & Cia.” (OLIVEIRA, 1992, p. 120).

Adquiriram as 1.000 colônias da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., sendo que uma parte dessa área era pertencente à Baronesa da Limeira e que o governo havia doado à firma Bertaso como forma de pagamento pela construção da estrada Passo do Goyo-Em a Passo dos Índios (atual município de Chapecó).

Os irmãos Lunardi, quando da aquisição das 1000 colônias de terras, “[...] no valor de 100.000\$000 réis (cem mil réis)” (OLIVEIRA, 1992, p. 120), junto à Colonizadora Bertaso Maia & Cia., e sua chegada à vila, se depararam com a falta de estradas e com algumas famílias de caboclos que já residiam, com os seus “ranchos”, e com uma pequena agricultura de subsistência, além da caça e pesca e da extração da erva-mate nativa da região (OLIVEIRA, 1992).

Na região Oeste de Santa Catarina, antes mesmo da chegada dos colonizadores, verificava-se a presença do caboclo, aquele que, para a colonização oficial, é considerado como posseiro ou intruso, sendo que esses caboclos não possuíam os títulos de suas terras. Foram excluídos do novo sistema que chegou, atravessou suas propriedades e os expulsou. Nesse novo momento, a presença da cerca na propriedade identificava a individualidade e a introdução das relações capitalistas de produzir na terra.

Após a compra das 1.000 colônias pela Colonizadora Irmãos Lunardi, esta começa os trabalhos de incentivo e atração de colonos, vindos, sobretudo, do Rio Grande do Sul. Segundo Oliveira (1992), foi o jovem Luiz Lunardi que se encarregou de trazer as “comitivas de compradores de terras para Xaxim”. O objetivo era tornar as terras produtivas para o capital, com excedentes agrícolas e matérias-primas para a agroindústria, expulsar os caboclos ou “posseiros” e ocupar as vastas terras férteis da região e incorporá-las no circuito produtivo conforme as “necessidades” da produção e da reprodução do sistema capitalista.

A produção camponesa agrícola se fazia presente nas redondezas da pequena aglomeração populacional que se formava no distrito de Xaxim, constituindo, no ano de 1954, o município de Xaxim. A presença de um moinho para a moagem, produção e comercialização da farinha de trigo representava a possibilidade de fornecimento do alimento à população. A religiosidade, com maior influência da católica entre os colonizadores, fez surgir o projeto e a construção da igreja católica matriz, conforme a representação na foto.

Figura 2 Foto 2. Vista parcial de Xaxim, no ano de 1942

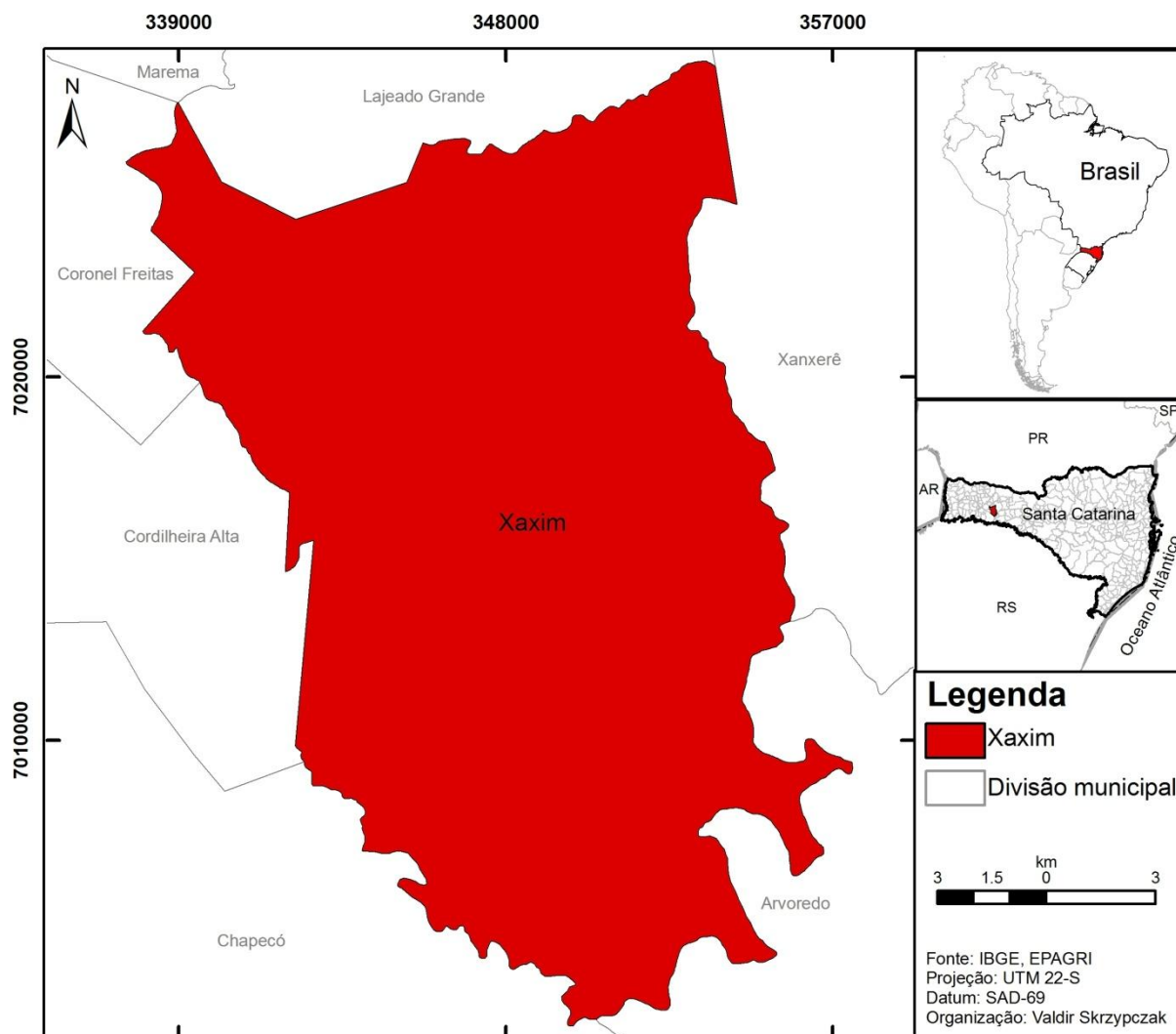


Fonte: Casa da Cultura de Xaxim (SC), adaptado por Valdir Skrzypczak. O crescimento e expansão da cidade atende aos interesses do Estado, representado pela presença das empresas colonizadoras, responsáveis pela comercialização e ocupação dos lotes. Com o crescimento do distrito, instala-se um moinho para a produção da farinha de trigo, além da construção de uma igreja, prevalecendo entre as famílias camponesas a religião católica. O cultivo agrícola faz presença no distrito, incluindo a produção em pequena escala do fumo. Na estrada uma procissão se dirige ao cemitério municipal.

Com a expansão do núcleo urbano, Xaxim é oficializado como distrito, “integrante do município de Chapecó com o nome de Hercílio Luz, pela Lei Municipal nº 7, de junho de 1921” (OLIVEIRA, 1992, p. 77), sendo, a partir de 13 de fevereiro de 1929, criado oficialmente o distrito de Xaxim. Assim se inicia a instalação de pequenas casas comerciais, indústrias como o Frigorífico Diadema e a Escola das Irmãs em 1942, “[...] com 140 alunos matriculados” (OLIVEIRA, 1992, p. 57), sendo então mobilizada, através das forças políticas e econômicas locais, a criação oficial do município de Xaxim.

Em 6 de agosto de 1953, o vice-presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó, André Lunardi, apresenta um projeto visando à criação do município de Xaxim. Foi aprovado em 13 de agosto de 1953, porém a criação do município ocorre efetivamente em 20 de fevereiro de 1954, sob a Lei Estadual nº 133, abrangendo, em seu território, os atuais municípios de Galvão, São Domingos, Marema e Lageado Grande (OLIVEIRA, 1992).

Figura 1. Mapa da área territorial do município de Xaxim, na região Oeste de Santa Catarina



Fonte: IBGE, EPAGRI. Adaptado por Valdir Skrzypczak. Formada por 117 municípios, a região Oeste de Santa Catarina tem como principal polo regional o município de Chapecó, responsável pela formação territorial de mais de 70 municípios na região, dentre eles Xaxim.

A partir dessa época, a expansão e o crescimento da cidade são intensos, fomentados, sobretudo, pelos financiamentos obtidos junto ao sistema financeiro estatal, através do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc), instituição financeira estadual que realiza empréstimo aos governos municipais (visando à construção e à ampliação de obras de infraestrutura) e do Banco do Brasil (responsável pela liberação de recursos de investimento e custeio para a agricultura), além do crescimento do comércio, dos serviços e da indústria, sendo a principal o frigorífico Diplomata S/A Industrial e Comercial.

Figura 2 Foto3. Frigorífico Diplomata de Xaxim – SC



Fonte: Diplomata – Unidade de Xaxim. Adaptado por Valdir Skrzypczak. Com localização estratégica no centro da cidade de Xaxim, estabelece relações com o espaço rural e urbano. Na especificidade do urbano, novos setores de comércio e serviços (mecânicas, metalúrgicas, borracharias, agropecuárias, supermercados, etc.) se instalam para atender às necessidades do capital agroindustrial.

A organização territorial do município de Xaxim está voltada para atender às demandas e às necessidades da agroindústria Diplomata. Espaços e pessoas são constantemente incluídos ou excluídos do processo produtivo, de acordo com as necessidades da (re)produção e da acumulação da indústria capitalista. O território se (re)organiza na tentativa de atender aos interesses do capital agroindustrial, num movimento contínuo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do capital nacional, que organiza e reorganiza a produção para atender às demandas e às exigências impostas pelo capital internacional e pelas novas formas de produzir da indústria moderna. Esta (indústria) vem exigindo maior escolarização dos trabalhadores do campo e da cidade, porém simplifica os processos de produção. Assim, o Estado a partir da educação formal amplia a escolarização dos trabalhadores, porém não os liberta das condições de exploração com a agroindústria capitalista.

PEQUENAS PROPRIEDADES DO OESTE CATARINENSE E A RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE À (DES)ORGANIZAÇÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL

As pequenas propriedades camponesas familiares¹⁵ do Oeste Catarinense se originam a partir da década de 1920, ou seja, com a entrada das empresas colonizadoras, que foram “[...] os primeiros tentáculos da expansão de toda uma estrutura capitalista da qual a pequena produção familiar é parte integrante” (CAMPOS, 1987, p. 101). Geralmente cada lote vendido aos colonos que se instalavam, principalmente vindos do Rio Grande do Sul, correspondia a uma colônia, ou seja, 24,2 ha¹⁶ de terra.

Posteriormente, porém, com a necessidade de cada unidade camponesa familiar gerar condições para a formação de novas unidades familiares, com a prática de permanência do filho mais novo morando próximo dos pais, também chamado de “minorato”, isso veio a reduzir sensivelmente a quantidade de terra das pequenas propriedades. Essa prática era possível com a divisão da propriedade, possibilitando a sucessão camponesa e a continuidade produtiva de forma familiar no campo.

Após 1940, com a instalação das agroindústrias na região Oeste Catarinense, surgem relações econômicas e mercantis da pequena produção camponesa familiar com o capital agroindustrial, onde este último passa a dominar a produção agrícola e as técnicas, impondo padrões de produção socialmente determinados (avicultores) e individualmente apropriados (agroindústria). Essa prática desenvolvida pela agroindústria capitalista tem o apoio do Estado, com os empréstimos obtidos junto aos bancos públicos, dos centros de pesquisa de biotecnologia e genética e das universidades do Brasil e do exterior, que garantem ao capital o domínio das técnicas de produção e de comercialização realizadas no campo e na cidade.

Segundo Campos (1987), na década de 1960 houve uma migração cinco vezes superior a dos anos 50 e três vezes a dos anos 40. Não foi somente a escassez de terra que gerou um grande número de excedentes populacionais na região Oeste Catarinense. Foram também as mudanças dos padrões produtivos, consistindo em novas técnicas e em

¹⁵Constitui em terra de trabalho, em sua maioria familiar, não sendo instrumento de acumulação capitalista, mas de sobrevivência da família. O camponês familiar produz a partir de uma forma distinta, sendo que a acumulação capitalista não é componente da forma de produzir. Porém não implica a capacidade do camponês acumular, sendo de modalidade diferente: “[...] significa que a acumulação adquire sentido diverso, retornando sempre sob a forma de aumento da produtividade do trabalho e melhoria das condições de vida da família” (PAULINO, 2003, p. 22).

¹⁶ Refere-se às propriedades que possuem o equivalente a dez alqueires de terra, com prevalência do trabalho de origem familiar, sendo caracterizadas como pequenas propriedades.

mecanização/modernização no campo, que geraram expressiva redução do número de trabalhadores no setor. Nas relações de produção entre a agroindústria capitalista e o camponês familiar

[...] há uma alienação do trabalho agrícola. Os agricultores que não faliram no decorrer do processo ou que não migraram para a cidade, fizeram as inovações agrícolas, adotaram novas técnicas, seguiram as orientações, só que tudo isso muito distante do saber dos próprios agricultores. O saber deles foi ignorado e esquecido em benefício de um saber externo, visando objetivos alheios. (ALBA, 2002, p. 43).

Os trabalhadores rurais foram disciplinados para atender à empresa capitalista, treinados para serem competitivos, polivalentes e multifuncionais, e, portanto, escolarizados para a individualidade do modo de produção capitalista. As novas demandas de escolarização/qualificação dos trabalhadores, a partir de uma nova base técnica de (re)produção e gestão da fábrica capitalista, “[...] recolocam a questão da produção, distribuição e consumo do conhecimento dentro das unidades fabris[...]”(CRUZ, 2000, p. 106) e das pequenas propriedades camponesas familiares como condição para a contínua expansão do capital agroindustrial.

A escolarização formal “[...] objetiva a constituição do trabalhador enquanto operário” (KUENZER, 2011, p. 59) assalariado e cuja força de trabalho se torna produto e instrumento do capital de forma constante (BRAVERMAN, 1981, p. 124). Nessa lógica, a agroindústria expande sua relação para além dos muros da fábrica, chega ao campo, ignora as técnicas e os saberes próprios de criar os animais e de cultivar e produzir a terra do camponês. Extrai o saber do camponês familiar e lhe impõe formas exteriorizadas e estranhas de criar (neste caso, aves e suínos) e, portanto, novas para o produtor, mas já consolidadas e vantajosas para o capital agroindustrial. A indústria moderna, ao ignorar o saber e o conhecimento do camponês familiar, tende,

[...] ao ser movida pela lógica do capital, a eliminar as propriedades qualitativas do trabalhador, pela decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, operando-se uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho. (ANTUNES, 2006, p. 130).

A introdução de formas estranhas ou desconhecidas de produzir no campo impostas pelas agroindústrias representa a substituição das técnicas de produção aos produtores integrados, sendo uma consequência do modelo de integração adotado por essas empresas, que conseguem impor formas de produção aliadas ao aumento constante

da produção e da produtividade, a partir das técnicas de conversão¹⁷ adotadas pelas agroindústrias:

Gradativamente, os frigoríficos passam a introduzir modificações no processo produtivo da pequena produção. Introduzem novas raças, prestam assistência técnica e, por fim, estreitam suas relações com a pequena produção em nível de relações de integração. (CAMPOS, 1987, p. 337).

Com o início do sistema de integração de aves, a partir da primeira metade da década de 1950, iniciado pela agroindústria Sadia, o modelo passou a ser adotado também pelos demais agroindustriais oestinos. Lembra-se que o modelo de integração de aves já nasce moderno e que, com as linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado, foi possível financiar os aviários e incorporar as novas tecnologias no processo produtivo das aves. Vale lembrar que o sistema de integração adotado pelas agroindústrias, além de excluir muitos camponeses, exige, dos que permanecem no processo produtivo, modernizarem-se constantemente. Estando o processo produtivo sob o comando da agroindústria, “[...] esta por sua vez extrapola os seus limites e cria um espaço para atender à demanda de produtividade, adequando os diferentes lugares necessários ao seu processo produtivo” (ALBA, 2002, p. 118).

Esses pequenos camponeses familiares integrados tornam-se dependentes das inovações do processo produtivo realizado pelas agroindústrias, assim, portanto, ficam obrigados “[...] a cumprir as orientações técnicas, adquirindo as rações, pintos, medicamentos e vacinas das empresas processadoras” (ESPÍNDOLA, 1999, p. 104), sendo que essas mudanças vão além do interior da empresa, dominando o saber adquirido pelo produtor. O capital expropria o saber do trabalhador sobre o seu trabalho, na forma de dominação, e “[...] promove a educação do trabalhador” (KUENZER, 2011, p. 48). Educa para o domínio, condiciona o trabalhador às formas do subemprego, da parcialização e fragmentação do trabalho.

Para Testa et al. (1996), a exclusão dos pequenos camponeses familiares integrados à agroindústria se expande, sendo que “[...] em 1980 existiam 67 mil suinocultores para os quais a atividade tinha significativa parcela da renda. Atualmente [...] esta estimativa está em 20 mil suinocultores, com tendência de concentração ainda maior” (TESTA et al., 1996, p. 23).

¹⁷ Técnica utilizada pelas agroindústrias, visando melhor rendimento na carcaça e eficiência na relação peso X consumo de ração. Na prática se refere ao ganho de peso das aves e redução do consumo de ração por quilo de carne produzida. Para mais detalhes, ver Alba (2002).

Isso indica que haverá mais problemas nas cidades, com um considerável crescimento das áreas periféricas, pois essa parcela de pequenos camponeses familiares tende à exclusão do sistema capitalista e ao modelo de integração agroindustrial, motivando mais êxodo rural. Os dados citados referem-se ao período compreendido entre 1996 a 2006 (TESTA et al., 1996), sendo que

[...] estima-se que, nos próximos cinco a dez anos, mantidas as tendências atuais, poderá haver a exclusão de cerca de 50 mil famílias rurais da produção agrícola comercial. Isso equivale a aproximadamente 250 mil pessoas, das quais cerca de 80 mil economicamente ativas. (TESTA et al., 1996, p. 28).

Algumas medidas são necessárias para que essa situação possa se reverter, porém devem ser imediatas, pois o modelo de agricultura familiar do Oeste Catarinense tem forte influência das agroindústrias instaladas. Sabe-se que “[...] a agricultura familiar é a que melhor responde às políticas de incentivo, mas necessita de linhas adequadas de crédito e de serviços de apoio, como pesquisa e assistência técnica” (TESTA et al., 1996, p. 151).

A proposta de Testa et al. (1996) não deixa dúvidas de que as pequenas propriedades familiares que se situam na linha de marginalização, ou seja, sujeitas a desaparecer, podem se manter na atividade se forem tomadas algumas medidas urgentes, como uma política de preço mínimo adotada para o camponês, linhas de crédito e assistência técnica. Mesmo assim, porém, na essencialidade do sistema, “À medida que o capitalismo cresce [...] cria mais problemas do que soluções; [...] que são inerentes ao próprio processo de reprodução do capital [...]” (MARTINS, 1980, p. 57).

Sabe-se que a crise dos pequenos camponeses e do modelo de integração ocorre, sobretudo, a partir da década de 1980, influenciada por alguns fatores como a escassez de terras férteis, esgotamento da fronteira agrícola, estrutura fundiária pulverizada, onde 40% dos estabelecimentos têm menos de 10 ha, alta densidade demográfica rural e a grande distância dos principais mercados consumidores (TESTA et al., 1996, p. 25). A descapitalização verificada em algumas propriedades camponesas, representada pela escassez de recursos para o investimento e a elevação do nível tecnológico das pequenas propriedades confirmam a frágil economia alicerçada na integração agroindustrial do Oeste Catarinense e que pode levar parcelas consideráveis de jovens do campo ao êxodo rural.

Assim, “[...] o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola [...]” (MOLINA, 2006, p. 6), mas pensado a partir dos sujeitos e dos paradigmas da educação que possibilitem a construção de um novo projeto

de nação, popular e transformador da realidade dos trabalhadores do campo e da cidade, haja vista que

Um dos fundamentos da Educação do Campo é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo vinculados à construção de outro modelo de desenvolvimento cuja base produtiva principal dê-se a partir das unidades familiares de produção e não do agronegócio e do latifúndio. Pois, não haveria sentido desencadear esforços para a produção de teorias pedagógicas para um campo sem gente, para um campo sem sujeitos, ou, dito de outra forma, para uma ruralidade de espaços vazios. (MOLINA, 2006, p. 6).

De 1980 a 1991 ocorreu um relativo esvaziamento populacional na região Oeste de Santa Catarina. Houve redução de 70 mil pessoas no meio rural, o que, mais uma vez, confirma a crise do modelo adotado de integração das pequenas propriedades rurais com a agroindústria e das políticas de modernização e de reestruturação produtiva adotadas pelas agroindústrias em parceria com o Estado (TESTA et al., 1996, p. 26).

Com as rápidas e constantes transformações impostas pelas agroindústrias aos pequenos camponeses familiares, com essas transformações se elevam os níveis de produtividade por unidade familiar. Assim, portanto, o aumento da produção se dá pela elevação do número de aves alojadas por lote nas unidades camponesas e não pela entrada de novos camponeses familiares, como vinha ocorrendo até o final da década de 1970. A expansão era garantida pela incorporação de camponeses familiares no processo produtivo e de produção de matérias-primas para a agroindústria através do sistema de integração, sendo uma forma vantajosa de obter os insumos necessários, porém “[...] se a nível individual esta elevação da produtividade é benéfica, para o conjunto das unidades familiares não o é, pois se elevam os padrões sociais médios de produção e, conseqüentemente, caem os preços dos produtos” (CAMPOS, 1987, p. 339).

A redução da renda nas pequenas propriedades oestinas intensifica ações e discursos estatais e da agroindústria, de que, para se manter na atividade, é necessário modernizar-se para aumentar a produtividade da propriedade, com a adoção “[...] das técnicas modernas de produção. [...] a modernização é uma construção e se confunde com o próprio processo de formação e consolidação do capital industrial [...]” (MENDONÇA, 2007, p.93).

Como integrado da agroindústria, estabelece relação capitalista de produção, produzindo matérias-primas para a empresa. Dispõe do meio de produção (aviário), porém aluga de forma contratual a renda na terra para a indústria (OLIVEIRA, 1996). Segundo

Ben (2011, p. 58), na propriedade camponesa foi “[...] se estruturando um novo modo de produzir e de se organizar socialmente [no campo]. O terreiro dá lugar ao aviário ou ao chiqueiro, sob a forma de integração com a agroindústria”. O camponês familiar, na condição de produtor da matéria-prima (frango), torna-se assalariado no domicílio (MARX, 1996), ou seja, produzindo e recebendo por unidade, na sua propriedade. Não dispõe, porém, dos direitos trabalhistas dos quais o trabalhador assalariado da indústria usufrui, como décimo terceiro salário, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), previdência social, férias e fins de semana remunerados. Nesta lógica, o camponês aluga para a indústria a renda da terra, sob a forma de contrato simples, ou seja, sem vínculo empregatício, na condição de fornecedor “[...] de matéria-prima para ser processada, para novamente ser consumida pela população rural, mantendo a relação: consumidor – vendedor – consumidor de produtos industrializados” (BEN, 2011, p. 63), na condição de trabalhador simples da agroindústria. Sendo assim,

[...] a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar camponês e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado. Vimos que interessa aos capitalistas, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para a indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriarem da renda da terra. Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nele contido (PAULINO, 2003, p. 109).

Sob o comando da agroindústria, o camponês familiar integrado deverá estar disponível ao capital, como produtor da matéria-prima, nas vinte quatro horas do dia, inclusive nos fins de semana e nos feriados, sem cessar. A expropriação do sobretrabalho (mais-valia) é ampliada com a modernização da agricultura, ocorrida a partir de 1970, com a introdução de novas técnicas e de novos equipamentos no processo produtivo, estabelecido entre a agroindústria e o integrado; um verdadeiro matrimônio dialético entre o camponês familiar e o capital agroindustrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Oeste de Santa Catarina representa uma das maiores concentrações de agroindústrias da América Latina, empresas que constantemente reorganizam o processo produtivo, alterando as relações de produção entre o capital e o trabalho, sendo o

trabalhador do campo e da cidade escolarizado/qualificado para atender às novas exigências impostas pelo capital agroindustrial.

O trabalhador busca ampliar sua escolarização formal na tentativa de permanecer na nova reorganização da produção na agroindústria. Ao mesmo tempo em que os proletários do campo e da cidade se qualificam para atender os interesses do capital, eles também se desqualificam, pois a agroindústria moderniza os setores da produção por meio da mecanização e simplifica as atividades. Tem-se, portanto, o movimento reverso da emancipação do trabalho para o trabalhador, pois, na medida em que amplia a escolarização, o capital incorpora novas técnicas e tecnologias na produção da mercadoria, simplificando as etapas do trabalho no interior da fábrica, reduzidas a simples comandos e toques na máquina.

Entretanto, a educação formal institucionalizada acompanha o processo de simplificação do trabalho na indústria, sendo os conteúdos curriculares fragmentados e simplificados para atender o capital. A escolarização da classe trabalhadora está orientada para a diversidade das formas do trabalho assalariado e alienado que o capital impõe para a obtenção da mais-valia. Todavia, a educação formal encontra-se fragmentada e dividida, com a escola pública destinada para a classe trabalhadora e a escola particular para a classe dirigente, esta última tendo a tarefa de comando para o capital. Esta divisão constitui a escola dualista, com práticas e conteúdos pedagógicos voltados para a manutenção das atuais condições de exploração do sistema capitalista de produção.

A educação é compreendida como prática social, prática que, na atividade humana, estabelece as relações sociais e os embates das classes e das lutas sociais (FRIGOTTO, 1995). Houve a necessidade do resgate histórico para compreender a expropriação de índios e de caboclos com a chegada das empresas colonizadoras. As cercas chegam a terra e a comercialização dos lotes caracteriza a vinda dos camponeses familiares do Rio Grande do Sul. Inicialmente com a produção de subsistência, os camponeses determinavam a produção e mantinham o saber sobre o produto na propriedade. Com a chegada das agroindústrias, a partir da década de 1940, o camponês perde o domínio sobre a produção e o produto do trabalho com a integração, que pertence ao capital na condição de apropriação da renda da terra.

A relação entre o campo e a cidade se desenvolve, no município de Xaxim, com a presença da agroindústria, que modifica as relações de produção e de trabalho com o camponês. A produção no campo se dá a partir das necessidades de matéria-prima da indústria localizada na cidade. As inovações tecnológicas reorganizam a produção e

originam novas atividades produtivas, porém simplificadas para os trabalhadores. Assim, os camponeses familiares integrados e os trabalhadores constituem a força de trabalho assalariada e precarizada da agroindústria.

Na lógica capitalista, os camponeses integrados e os trabalhadores da agroindústria desenvolvem atividades produtivas forçadas no processo de acumulação. Os trabalhadores ampliam a escolarização formal, no entanto permanecem na condição do trabalho alienado/estranhado. O que se verifica é o proletário mais escolarizado e, na contramão, o trabalho simplificado, ou seja, mais fácil e que exige cada vez menos o esforço intelectual. No campo, o camponês familiar mantém a relação de produção com a agroindústria no sistema de integração, produzindo a matéria-prima necessária para a industrialização, entretanto, com a automatização dos aviários, as atividades desenvolvidas pelo camponês são mais simples, exigindo um toque no painel de comando para definir a temperatura, por exemplo. A presença do técnico da agroindústria na propriedade representa a relação de instrução do capital com o integrado.

Sendo o trabalho compreendido como princípio educativo, sua realização é fundamental e indispensável para o homem, pois “[...] é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter na vida humana” (MARX, 2011, p. 50). Entretanto, na relação capitalista de produção, o capital “[...] transforma o trabalho de criador da vida humana em alienador da vida do trabalhador” (FRIGOTTO, 1995, p. 32). O trabalho no sistema capitalista de produção torna-se alienado/estranhado pelo trabalhador, que o realiza na condição forçada de produtor de mercadorias. Assim, a educação/qualificação do trabalhador está subordinada às leis do mercado, na condição de assalariado, pois sua adaptabilidade e funcionalidade estão orientadas para o treinamento/adestramento de produzir.

REFERÊNCIAS

ALBA, R. S. **Espaço urbano**. Chapecó, SC: Editora Argos, 2002.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BELLANI, E. M. Município de Chapecó: legislação e evidências 1919-1931. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO CULTURAL DO OESTE. **Cadernos de**

Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM. Chapecó, SC: Grifos, 1989.

BEN, M. **Os “nós” da territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste Paranaense.** 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **IDEB.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=rticle&id=180&Itemid=336>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CAMPOS, I. **Os colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense.** 1978. 370 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.

CALDART, R. S. A Escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia.** Chapecó, SC: Ed. Grifos, 1999.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo.** 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HASS, M. **O linchamento que muitos querem esquecer.** Chapecó, SC: Ed. Argos, 2003.

KUENZER, A.Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador.** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, J.S. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, K. **O capital: a crítica da economia política.** Livro I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 1 e 2.

MENDONÇA, M.R. A urdidura do capital e do trabalho nas áreas de cerrado. In: THOMAS JÚNIOR, A.; OLIVEIRA, A. M. S.; GONÇALVES, M. A. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI.** Presidente Prudente, SP: Centelha, 2007. v. 3

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOLINA, M. C. Prefácio. In: CALDART, R.; PALUDO, C.; DOLL, J. (Orgs.). **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília, DF: PRONERA; NEAD, 2006.

OLIVEIRA, A. U.de. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, M. de. **Xaxim conta sua história**. Erechim, SC: Ed. Mazzochim, 1992.

PAIM, E. A. **Industrialização e educação**. Chapecó, SC: Ed. Argos, 2003.

PAULINO, E. T. **Terra e vida**: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná. 2003. 403 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

PIMENTA, L.F. Cidades pioneiras e modernização no Oeste de Santa Catarina. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PROURB: UFRJ, 1996.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste Catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó, SC: Unoesc, 1995.

RENK, A. A. As representações da colonização, no oeste catarinense, a partir dos “brasileiros”. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste Catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó, SC: Unoesc, 1995.

ROSSETTO, S. Síntese histórica da região oeste. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste Catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó, SC: Unoesc, 1995.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SKRZYPCZAK, V. **A educação/qualificação dos trabalhadores do campo e da cidade na lógica do capital agroindustrial, na cidade de Xaxim (SC)**. 2013. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013.

_____. **Entrevista realizada com A. S., ex-trabalhador da empresa Diplomata de Xaxim (SC)**. Xaxim, 4 maio de 2012.

SCHLOSSER, M. T. S. **Rádio, consensos e dissensos**: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (Extremo Oeste do Paraná 1980 – 2000). 2005. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. Florianópolis, SC: Epagri, 1996.

THOMAZ JR., A. Sinal dos tempos do capital: irreformabilidade e emancipação! In: THOMAZ JR., A.; PONTE, K. F. da; ALVES, J. (Orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente, SP: Centelha, 2011. v. 6.